

LA PALICE E MÜNCHHAUSEN ENTRAM EM UM BAR: O ÓBVIO E O ABSURDO NO ORDINÁRIO DO SENTIDO

Rodrigo Oliveira Fonseca¹

Resumo: O presente artigo destaca e explora alguns temas caros de *Les vérités de la Palice*, de Michel Pêcheux, articulando-os com processos discursivos que transitam entre o óbvio e o absurdo. É analisada a tentativa falhada de uma modalização autonímica, seguida pela análise de duas orações relativas que podem funcionar como explicativas ou determinativas. É feita a discussão do caráter aberto e inconcluso do empreendimento teórico e analítico de Michel Pêcheux. Depois, é esmiuçada a forte autocrítica que o autor faz da figura de um sujeito plenamente identificado pela interpelação da ideologia dominante burguesa tal como apresentada no seu livro de 1975. O artigo termina com uma contribuição em torno do lugar promissor do absurdo e do óbvio nos procedimentos de análise do discurso.

Palavras-chave: Michel Pêcheux. Semântica. Linguística. História. Ideologias dominadas.

LA PALICE AND MÜNCHHAUSEN WALK INTO A BAR: THE OBVIOUS AND THE ABSURD IN THE ORDINARY OF MEANING

Abstract: This article highlights and explores some of the key themes in Michel Pêcheux's *Les vérités de la Palice*, linking them to discursive processes that shift between the obvious and the absurd. It analyzes the failed attempt at an autonomic modalization, followed by an analysis of two relative clauses that can function as explanatory or determinative. The open and inconclusive nature of Michel Pêcheux's theoretical and analytical undertaking is discussed. Next, the author's strong self-criticism of the figure of a subject fully identified by the interpellation of the dominant bourgeois ideology, as presented in his 1975 book, is examined in detail. The article concludes with a contribution on the promising place of the absurd and the obvious in discourse analysis procedures.

Keywords: Michel Pêcheux. Semantics. Linguistics. History. Dominated ideologies.

¹ Professor e pesquisador em Análise do Discurso e História do Brasil, com doutorado em Letras pela UFRGS, mestrado em História pela PUC-Rio, bacharelado e licenciatura em História pela UERJ e graduação em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela UFF. Professor da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) desde 2015. E-mail rodrigoroffin@gmail.com

Introdução

Os semanticistas, com suas classificações simples e dicotômicas de *cadeiras* e *solteiros*, se atrapalham com realidades de outra ordem como *a história, as massas e a classe operária*. São objetos, coisas, sujeitos, coleções de sujeitos? Foi Louis Althusser quem apontou para Michel Pêcheux a pertinência de se pensar as evidências do sujeito e dos sentidos de modo articulado em torno dos processos ideológicos, sendo a transparência da linguagem, pela produção de evidências como a dos sentidos e dos sujeitos, o “efeito ideológico elementar” (Althusser, 2008 [1970], p. 211). Pensar que as palavras têm um sentido porque têm um sentido, e os sujeitos são sujeitos porque são sujeitos, é admitir evidências que apenas subsistem em uma estrutura circular e absurda, no estilo de uma aventura do personagem Barão de Münchhausen em que, tendo caído com o seu cavalo em um pântano, e com a lama até o pescoço, apertou com força as pernas enlaçando o seu cavalo e se puxou pelos cabelos até alcançar a margem.

Pensando o namoro da semântica com essas circularidades absurdas, Pêcheux queria homenagear o barão no título de seu livro de 1975, que inicialmente se chamaria *O efeito Münchhausen* segundo nos conta Denise Maldidier (2003[1991], p. 49). No fim das contas, optou não pelo absurdo no título, mas pelo óbvio, dado o lugar das evidências nas formações ideológicas. Por sua vez, optando por um título sério e objetivo, *Semântica e Discurso*, a versão brasileira de *Les vérités de la Palice* acabou abrindo mão de buscar uma tradução cultural daquele título, o que não seria mesmo nada simples. É o subtítulo – “uma crítica à afirmação do óbvio” – que recupera a referência às “lapaliçadas”, expressão francesa para criticar alguém que diz obviedades, como “se ele não está em casa, é porque saiu” e “se não é casado, é solteiro”¹.

1 Uma tradução como As verdades de la Palice implicaria a explicação do personagem ao público. Na preparação

Quando alguém fala obviedade como essas na França, além de ser acusado de cometer “lapaliçadas”, é possível que se diga *La Palice en aurait dit autant!*, ou seja, *La Palice teria dito o mesmo!* No entanto, Jacques II de Chabannes (1470-1525), o Senhor de la Palice, militar francês morto na Batalha da Pavia, no norte da península italiana, não é o maior responsável pela fama inglória que ganhou. Versos dedicados à sua bravura foram transformados em uma canção popular, e no lugar de “S’il n’était pas mort, il ferait envie” (Se não estivesse morto, ele faria inveja) o povo sarcasticamente cantava “S’il n’était pas mort, il serait en vie” (Se não estivesse morto, ele estaria vivo). Em uma sociedade de classes como aquela, “escutar mal” e gozar dos nobres também era uma forma de resistência.

A seguir destaco alguns temas caros de *Les vérités de la Palice*, articulando-os com processos discursivos que transitam entre o óbvio e o absurdo, passando pela forte autocritica que três anos depois Pêcheux fará da figura de um sujeito plenamente identificado pela interpelação da ideologia dominante burguesa (o “ego-sujeito-pleno em que nada falha”), ponto em que o absurdo reaparece sob a forma de evidência, e concluo com uma contribuição em torno do lugar do absurdo e do óbvio nos procedimentos de análise do discurso.

Isso que eu estou dizendo não sou eu quem estou dizendo

O escutar bem e o escutar mal fazem parte dos processos históricos e sociais de interpretação? Escutar bem envolve perceber nuances e variações nas formas de falar, captar ironias, reparar modalizações? Escutar mal

da tradução ao castelhano, Mara Glozman, Pedro Karcmarczyk, Guadalupe Marando e Margarita Martínez chegaram a debater que personagem da cultura argentina ou latino-americana representaria essas lapaliçadas e acabaram optando por um título que joga com o absurdo, *Las verdades evidentes* (2016[1975]).

pode implicar no bloqueio das intenções do interlocutor, é o que acontece quando nos fazemos de imbecis e olhamos o dedo ao invés da Lua que ele aponta? Cabem essas duas escutas ao analista do discurso, e sobretudo cabe escutar o que é escutado e como é escutado, passagem da interpretação à compreensão, trabalho de uma disciplina de interpretação sobre o ordinário dos sentidos e das leituras sócio-históricas. É isso o que o permite considerar que recursos como aqueles da modalização autonímica² via aspas e alteração da voz (em certas palavras no meio a uma frase) dependem de condições que nem sempre estão asseguradas na interlocução. Vamos ilustrar essa “infelicidade performativa” com uma tentativa frustrada de ironia cometida em cadeia nacional de rádio e televisão pelo então presidente Jair Bolsonaro no mês de março de 2020. Ironicamente ele apontou a Lua, mas de forma bruta (estúpida?) todos olharam apenas o seu dedo sujo.

No dia 11 de março de 2020 foi caracterizada a situação de pandemia mundial de Covid-19 pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Mais de um mês antes daquela data, no dia 30 de janeiro, o médico oncologista e escritor Drauzio Varella publicou um vídeo informativo com o que se sabia daquela nova doença, que ainda não havia chegado ao Brasil (o que só aconteceria no dia 25 de fevereiro). Apresentando dados que estavam sendo difundidos pelas autoridades médicas do país mais atingido pelo vírus à época, a China, Varella diz no vídeo (publicado em seu canal no YouTube) que o grau de letalidade daquele coronavírus era realmente baixo e que tudo parecia indicar que as pessoas mais jovens não corriam grandes riscos: “De cada 100 pessoas que pegam vírus, 80, 90 pessoas têm um resfriadinho de nada. Na

epidemia chinesa, abaixo de 10 anos nenhuma criança morreu, nenhuma, zero. Na faixa de 10 a 40 anos, de cada mil que pegaram o vírus, dois morreram.”. O médico explicou que a letalidade era proporcional à idade da pessoa, atingindo um índice alto a partir dos 80 anos, em torno de 15%. E disse ainda que muitos brasileiros seriam infectados, mas que isso não deveria ser motivo de grandes preocupações. No dia 10 de fevereiro Varella foi o entrevistado no *Roda Viva*, da TV Cultura, e basicamente repetiu as informações do vídeo, acrescentando, porém, a baixa credibilidade das informações que vinham da China no que dizia respeito à quantidade de infectados.

Algumas semanas depois, com a confirmação da chegada do vírus no Brasil e um maior conhecimento dos seus riscos, Drauzio Varella retirou do ar o vídeo divulgado em janeiro e deu início, no dia 17 de março, a uma série de vídeos diários sobre o novo coronavírus, chamando a atenção para a alteração do quadro sanitário, os riscos, as novas orientações sobre os cuidados, etc. Já no dia 18, inclusive, no segundo vídeo da série ele afirma que “Nós estamos num momento muito delicado, com um vírus que se dissemina rapidamente se espalhando pelo país. [...] Não pode a pessoa ficar minimizando, falando ‘ah, isso não é nada’, ‘não morre ninguém’, ‘é besteira’, ‘dá um um resfriadinho’. Não é verdade.” No dia 23 de março ele chama de irresponsáveis aqueles que minimizavam os riscos da doença que rapidamente se espalhava pelo mundo fazendo vítimas letais. Exatamente no dia seguinte, 24 de março de 2020, Bolsonaro faz o seu famoso pronunciamento em rede nacional, no qual em certo momento diz que, pelo seu “histórico de atleta”, se fosse contaminado pelo vírus não precisaria se preocupar, “nada sentiria ou seria acometido, quando muito, de uma gripezinha ou resfriadinho, como bem disse aquele conhecido médico, daquela conhecida televisão”³.

3 Esse vídeo pode ser assistido em <https://www.youtube>.

2 Jaqueline Authier-Revuz (1998) caracteriza como modalização autonímica incontáveis formas de reflexividade metaenunciativa, pelas quais uma parte do dizer é destacada e destituída de sua transparência ritual, de sua função mediadora, sendo apresentado como signo que é, em sua opacidade.

Será que o modo como esse enunciado do presidente foi lido/ouvido é *como* o de uma “piada ruim” da qual ninguém ri por não ler/ouvir como piada? Ou aconteceu de ele ser ouvido pela metade, de modo análogo ao que acontece na anedota da adolescente que diz, na mesa do almoço de um domingo, com pai, mãe e irmãos presentes, “Pai, tô grávida. Me passa o sal?”? O ponto aqui é que a referência que Bolsonaro buscou fazer ao vídeo apagado de Drauzio Varella foi amplamente ignorada, tanto no modo como circulou naquela conjuntura de extrema tensão e preocupação sanitária quanto na memória política estabilizada daquele pronunciamento, tomado como uma infelicidade até por apoiadores⁴. O absurdo daquilo que ele estava dizendo, naquele momento de *pandemia mundial* (e não mais de *epidemia chinesa*) um absurdo em termos sanitários, se tornou um dos maiores símbolos da obviedade de sua política de imunização pelo contágio (imunidade de rebanho) – política essa que, se Bolsonaro tivesse conseguido implementar em todo o território nacional, teria feito com que as cenas chocantes dos enterros em Manaus fossem cenas comuns em todas as cidades do país. Era para ser uma pequena ironia, virou uma enorme estupidez.

Sindicatos que defendem os trabalhadores conclamam a greve e baleias que amamentam seus filhotes nos primeiros meses de vida partem em viagens mais longas

É pelo funcionamento das orações

com/watch?v=yHAvI8CrDiU. Os vídeos de Drauzio Varella podem ser vistos em <https://www.youtube.com/@drauziovarella/videos>.

- 4 Essa retomada do dizer do “médico daquela conhecida televisão” (Drauzio já fez muitas participações no Fantástico, da Rede Globo) também é ignorada em vários trabalhos acadêmicos, inclusive no campo do discurso, como se o presidente tivesse parado a frase em “resfriadinho”. Não é o caso do artigo de Almeida e Lima (2022), ao qual devo a devida recuperação da interlocução no pronunciamento oficial de 24/03/2020.

relativas explicativas/apositivas e das relativas determinativas/restritivas que Pêcheux abre a caixa de Pandora dos problemas da Linguística em relação à Semântica. Da Lógica de Port-Royal a Noam Chomsky, passando por Gottfried Leibniz, Immanuel Kant, Edmund Husserl e Zellig Harris, Pêcheux faz a genealogia filosófica da relação entre “teoria do conhecimento” e retórica naquilo que ela toca o problema semântico da determinação.

Se todos os sindicatos defendem os trabalhadores e se todas as baleias amamentam seus filhotes nos primeiros meses de vida, se temos aqui um axioma da política sindical e um axioma da biologia marinha, isto é, se temos aí duas relações necessárias (e não contingentes), então mais acima vemos duas orações relativas explicativas, que em tese podem ser retiradas da oração principal sem qualquer prejuízo à sua formulação global. Mas será que cabe mesmo dizer isso para orações como “Sindicatos conclamam a greve” e “Baleias partem em viagens mais longas”? A retirada das relativas não implica aí em prejuízos?

As filosofias da subjetividade que começam a ser desenvolvidas no século XVIII produziram um deslocamento histórico marcante na antiga oposição aristotélica entre necessidade e contingência. Com Leibniz, essa oposição tomava a forma da relação entre verdades simples (verdades da razão, necessárias, como os axiomas) e verdades complexas (verdades de fato, contingentes, como as da diplomacia e da história), sendo que para o filósofo alemão as verdades complexas constituiriam também elas razões necessárias, mas razões inalcançáveis aos homens, afinal não podemos abraçar todos os detalhes das coisas do mundo em nossos pensamentos. É Deus que tudo sabe, apenas Ele – e aqui podemos lembrar a fala de Damares Alves de que “não cai uma folha de uma árvore sem a permissão de Deus”. Quem poderá conhecer os desígnios Dele? É preciso renunciar

à soberba pretensão de tudo querer saber para entrar no Seu Reino, mesmo que o cristo tenha protestado na hora da morte questionando as Suas Razões para aquele abandono.

Pêcheux observa que essa relação, em Leibniz, é estendida para aquela entre uma língua original, língua simples, adâmica, comum aos anjos e a todos os homens e inteligências, e as línguas atuais, variações deformadas, imperfeitas, daquela outra língua primordial, uma relação que podemos conceber entre uma língua lógica ideal (telepática, língua sem língua?) e as línguas que efetivamente falamos.

Kant, seus contemporâneos e sucessores seguirão reelaborando essa oposição necessidade/contingência, sendo que um dos pontos mais notáveis desse processo é aquele implicado na introdução de uma filosofia da subjetividade, pela qual “o sujeito, *subordinado* à verdade de seu discurso, na época clássica, se torna progressivamente a *fonte* desse discurso, enquanto um nó de necessidades, de temores e de desejos” (Pêcheux, 1997[1975], p. 51). O predicado passa a ser visto como algo inerente ao sujeito (ou ao conceito) ao qual ele se aplica⁵. A distinção kantiana entre *juízo analítico* (tomar conhecimento de uma relação necessária, de um predicado que está implicitamente contido em um conceito) e *juízo sintético* (juízo de experiência, ato do sujeito de associar um conceito a um

predicado externo a este) constituiria a base comum do pensamento “moderno” na ligação entre subjetividade e contingência, que alcança um grau extremo na fenomenologia de Husserl, que faz da consciência o ponto zero, a origem das representações e o princípio das explicações.

Curiosamente a oposição aristotélica entre necessidade e contingência não foi destruída pelo idealismo filosófico moderno, mas superposta pelo par objetivo-subjetivo, que se desdobrará em diversos outros pares, como na oposição “linguística” entre propriedade e situação e na oposição ducrotiana entre pressuposto (na língua) e subentendido (na fala). Qual o problema disso? É a condenação a ficarmos andando em círculo entre racionalismo e empirismo, entre “teoria do conhecimento” e retórica, entre as regras de um raciocínio demonstrativo que permitem aceder ao conhecimento e a arte que permite convencer pela utilização do verossimilhante (Pêcheux, 1997[1975], p. 63).

Pêcheux, nos ombros da filosofia de Louis Althusser, recusa essa oposição e propõe outro par conceitual cuja relação não é de simples oposição, mas é histórica, processual, contraditória: “de um lado” temos processos que são ideológicos e nocionais e “de outro” temos processos que são científicos e conceituais, mas essas aspas são de fato importantes, porque o conhecimento nasce da ignorância (o que Pêcheux traz de Lênin), e o novo nasce do velho (o que traz de Marx). A ideologia, e seus objetos paradoxais, não constitui um campo do qual, em bloco, se foge ou se desvia no devido enfrentamento de um conflito na história, posto que as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas constituem as “formas ideológicas sob as quais os homens adquirem consciência desse conflito e o levam até o fim” (Marx, 2008[1859], p. 48).

É famosa a frase de Marx de que os homens fazem a história mas não como querem,

5 Claudine Haroche (1992[1984], p. 158, 220), pelo caminho da etimologia da palavra sujeito, mostra que esse processo pode ser localizado bem antes na história. Se do século XII ao XIV sujeito significa “submetido à autoridade soberana”, a partir do século XVI já aparece também o sentido de “pessoa que é motivo de algo, pessoa considerada em suas aptidões”, origem de seus atos e crenças. Por certo essa é uma longa história, e como demonstra Haroche, o capitalismo e suas formas jurídicas fará do sujeito a figura de uma intercambialidade, um objeto de troca, mercantil e responsabilizável. E por falar em Claudine Haroche, vale dizer que ela e Paul Henry são os grandes parceiros de Pêcheux nos bastidores da sua escrita de *Les vérités de la Palice*, cujo primeiro ensaio foi, sem dúvida, escrito conjuntamente pelos três, o artigo *A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso*, de 1971.

porque – mesmo quando o fazem de forma revolucionária – o fazem em condições que são herdadas e transmitidas do passado, tomando de empréstimo “os nomes, as palavras de ordem, as roupagens, para surgir no novo palco da história sob esse respeitável disfarce e com essa linguagem emprestada” (Marx, 1975[1852], p. 17). Menos conhecida é a sua formulação de alguns parágrafos adiante em que, após ilustrar com vários exemplos históricos de mascaramentos e encantamentos do presente pelo passado, contesta aquele destino para a revolução no tempo presente:

A revolução social do século XIX não pode extrair a sua poesia do passado, mas somente do futuro. Não pode arrancar enquanto não liquidar radicalmente toda a supersticiosa veneração pelo passado. As revoluções anteriores tiveram necessidade das reminiscências históricas para se iludirem quanto ao próprio conteúdo. A revolução do século XIX deve deixar que os mortos enterrem os seus mortos para realizar os fins que se propõe. Dantes era a frase que superava o conteúdo, agora é o conteúdo que supera a frase. (Marx, 1975[1852], p. 20-21)

Essa consideração deixa alguma margem a entendimentos cientificistas e deterministas que, invariavelmente, foram vigentes nas experiências históricas de construção do socialismo que reproduziram formas capitalistas de Estado e de extorsão do trabalho. Mas também dá boa margem ao entendimento de que a revolução proletária, desde o século XIX, não pode buscar sua poesia, seus horizontes e vestimentas senão no tempo específico do *futuro do pretérito*, em todas as lutas e tradições derrotadas dos trabalhadores. A condição material de existência do futuro como realidade pensável é o vasto campo do que não aconteceu. Particularmente no que diz respeito à luta revolucionária dos trabalhadores, se o seu conteúdo supera a frase, é justamente porque esse conteúdo historicamente tem existido menos sob a forma textualizada de discurso e mais sob a forma de balbúcio, do ruído, o nonsense, o irrealizado no

discurso. Jacques Rancière (1996, p. 42) tem uma contribuição precisa quanto a esse ponto, sua discussão da dominação enquanto uma ordem policial que faz com que uma palavra seja entendida como discurso e outra como ruído. Mas é Michel Pêcheux, certamente, que melhor formula o problema do “conteúdo que supera a frase”:

Deve-se questionar essa fragilidade do pensamento, que não vem “de cima”, na consciência das “elites intelectuais”, que acredita se dirigir ao privilégio das proposições (conceituais, claras e distintas), mas sim, “de baixo” de atos incontáveis, contraditórios, que encontram sua via e sua voz nos campos intermediários... Uma roda de diferentes matérias brutas ideológicas do cotidiano, que podem trazer à tona diferentes acontecimentos, movimentos e intervenções de massa, mas que sempre fazem fronteiras provisórias, sem garantias, e sem demarcações a priori. Isso também pressupõe [...] verificar como eles atravessam paradoxalmente a nossa história sem nenhum “futuro brilhante” no horizonte.

(Pêcheux, 2011[1982], p. 118)

Na última seção do presente artigo proponho lidar com esse problema que toca o discurso e a história, problema geralmente atravessado pelo óbvio e pelo absurdo no ordinário do sentido e pela agitação nas filiações sócio-históricas da identificação discursiva, dado que o discurso “constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço (Pêcheux, 1997[1983], p. 56).

Retomando as implicações da dialética entre “processos que são ideológicos e nocionais” e “processos que são científicos e conceituais”, é preciso ter em conta que não existe conhecimento científico que não seja, em um determinado campo, um avanço histórico sobre desconhecimentos (ignorâncias) e sobre reconhecimentos (reiteração de respostas falsas, circulares ou já insuficientes). Esse é o sentido de uma apropriação que Althusser faz da epistemologia de Gaston Bachelard (outra

“subida nos ombros”), a sua teoria dos obstáculos epistemológicos. Acontece que essas superações não são históricas só pelo fato de se darem “no tempo” ou processualmente, em etapas. Elas são fundamentalmente históricas porque são atravessadas por conflitos. Por isso, pensar em processos ideológicos sem considerar as lutas de classes que são o seu motor é como destituir o materialismo histórico de sua dimensão histórica.

O conflito é a verdade, é o real que toca e interessa de modos distintos as classes e parcelas sociais, aparecendo de modo silenciado ou dissimulado em alguns discursos e explicitado em outros. Nesse sentido, a objetividade não é simples “ponto de vista”, é sempre uma luta para sustentar uma posição, é sempre um trabalho, é objetivação (Gramsci, 1999[1932-1935], p. 134). E é por isso que para decidirmos bem se nas duas frases acima temos orações relativas explicativas ou determinativas, temos de levar em conta não a utilização de vírgulas ou qualquer outro elemento presente na construção frasal, e sim o problema político real da representação dos trabalhadores pelos sindicatos e o problema ecológico real das baleias com seus filhotes recém-nascidos que precisam viajar grandes distâncias.⁶

6 Não vou dizer aqui que a baleia é inteligente, seguindo a lógica de um ex-ministro da pesca, Jorge Seif Júnior, que em 2019 disse que o peixe foge do óleo no mar porque é um bicho inteligente. A frase completa, retirada de uma dissertação em História, é “Garopaba é considerada como paraíso ou berçário natural para as baleias que amamentam seus filhotes nos seus primeiros meses de vida para daí partir em viagens mais longas” (Albuquerque, 2014, p. 72). Existem diversos tipos de baleia, e mesmo no caso de uma delas, a jubarte, o desmame pode acontecer entre o sexto e o décimo mês de vida do filhote. As jubartes costumam ficar no litoral brasileiro, propício à reprodução e aos cuidados dos filhotes recém-nascidos, entre os meses de junho e novembro, antes de enfrentarem uma viagem difícil de quase quatro mil quilômetros para os mares gelados da Antártida, trajeto esse no qual enfrentam desafios que vão de choques com embarcações a desafios ambientais como correntes e mar revolto (Agle, 2025).

A sociolinguística não existe, eu a encontrei

Michel Pêcheux recusava categoricamente o reformismo teórico. *Les vérités de la Palice* desestimula, por exemplo, qualquer abordagem correlacionista entre classes sociais e variações linguísticas, por melhor que sejam as intenções. *O um se divide em dois e o novo nasce do velho* são formas de conceber dialeticamente a precedência da relação sobre as partes, dos processos sobre os produtos, do interdiscurso sobre as práticas discursivas. A melhor imagem proposta para o esquecimento subjetivo, esquecimento que faz o sujeito funcionar bem (ie, bem identificado/interpelado por uma ideologia na medida em que esquece o processo de sua constituição), é o “efeito Münchhausen”, pelo qual o sujeito deixa de afundar e levita sobre o pântano puxando-se pelos cabelos. Esse efeito se manifesta nos campos das práticas científicas e políticas sempre que desviamos das suas contradições e deixamos de fazer o devido “trabalho de base” em cada caso. Esses são problemas centrais para Pêcheux, e que justificam todo o seu empenho para intervir de modo crítico e rigoroso nos temas do movimento comunista internacional (o que faz em várias obras, como no livro lançado em 1981 com Françoise Gadet, *La langue introuvable*, lançado no Brasil em 2004 com o título *A língua inatingível*), e também intervir sobre o campo da linguística com o mesmo afincamento. Não é por acaso, nem é secundário, que o propósito definido em *Les vérités de la Palice* consista, sobretudo, em “*abrir campos de questões*, em dar trabalho à Linguística em seu próprio domínio e sobre os seus próprios ‘objetos’, por meio de sua relação com objetos de um outro domínio científico: a ciência das formações sociais” (Pêcheux, 1997[1975], p. 90, grifo do original).

Françoise Gadet na década de setenta do século passado considerava a sociolinguística como um lugar de recobrimento idealista da política pela psicologia, alimentando o velho sonho de reduzir progressivamente as

disparidades, recuperar os atrasos, suprimir as desigualdades de todo tipo. É o que diz em um artigo com o fantástico e absurdo título de “La sociolinguistique n’existe pas: je l’ai rencontrée” (A sociolinguística não existe, eu a encontrei), no qual acusava a sociolinguística de não fazer um trabalho de natureza linguística, servindo-se da língua e da Linguística apenas como bases para uma forma refinada de psicologia social reformista (Gadet, 1977, p. 111-112).

É como se a Linguística estivesse sendo mais parasitada que devidamente trabalhada, e o conjunto de questões fundamentais que ela – e somente ela – poderia desenvolver, ficariam escanteadas e/ou presas nas velhas circularidades entre necessidade e contingência, lógica e retórica, objetividade e subjetividade. Pêcheux entende que é impossível que a Linguística não tenha sua contribuição a dar (e receber) fora de seu próprio domínio, destacando o domínio da Retórica, pelos avanços nos estudos da Argumentação, o da Lógica, através dos avanços nos estudos da Pragmática, e claro, sua preocupação maior em *Les vérités de la Palice*, o domínio da Semântica, que pode se desenvolver pelos avanços nos estudos do Discurso. Mas reconhecer os avanços é metade da questão. O entendimento de que havia ainda muito trabalho por fazer atravessa o seu livro de 1975, como, por exemplo, quando o filósofo francês reconhece que “não se fica nunca em dia com o materialismo histórico, ou com o materialismo dialético – e, sobretudo, não se desembaraça deles –, apresentando-os por antecipação, isto é, colocando-os antes de se começar o trabalho: trabalha-se com” (Pêcheux, 1997[1975], p. 254, grifo do original).

É de se notar que este não é um livro de Análise do Discurso. Nem uma vez sequer aparece o sintagma “análise do discurso”, assim como não aparece nenhum procedimento ou orientação de análise. Metódico, Pêcheux preferia separar a sua teorização sobre o discurso

e as experimentações e dispositivos analíticos, separando em linhas gerais o trabalho de filósofo marxista do seu outro trabalho junto aos linguistas, pelo qual desde 1969 busca oferecer um cavalo de Troia para cientistas sociais e psicólogos analisarem discursos. E ao longo desse empreendimento em duas frentes, tanto o trabalho do filósofo marxista quanto o trabalho do dispositivo de análise foram considerados inconclusos, em desenvolvimento. O que *Les vérités de la Palice* pretendeu entregar aos leitores não foi uma teoria do discurso acabada ou fechada mesmo que provisoriamente, mas a indicação de um desenvolvimento que contém, “em seu princípio”, os “meios de corrigir os equívocos, erros e deslizes que nele poderão se manifestar” (Pêcheux, 1997[1975], p. 134). E, no entanto, frente a isso e apaixonados pela sua teorização, os analistas do discurso podemos dizer “a teoria do discurso não existe, eu a encontrei”.

Tomando o cuidado e o desafio de se dirigir tanto aos não linguistas (impacientes com todos os aspectos técnicos da investigação que ele propunha) quanto aos linguistas (embaraçados com a consideração de elementos que eles consideravam estranhos ao seu domínio), a obra de Pêcheux comporta muitas obras, leituras, intervenções, no sentido de que – em razão do seu duplo materialismo, o da história e o dos processos significantes – provoca desconfortos que produzem encontros e “pegas”.

Cidadão, não, engenheiro civil formado, melhor do que você⁷

Poucos meses antes do lançamento de *Les vérités de la Palice*, Michel Pêcheux e a linguista Catherine Fuchs (1997[1975]) publicam uma longa revisão crítica dos dispositivos de análise automática do discurso propostos por

7 Uma análise discursiva desse enunciado pode ser vista em Historicidade (2020)

Pêcheux em 1969, o artigo “A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas”, publicado em um número da importante revista *Langages* coordenado pelo filósofo. Nesse artigo, além de significativos avanços no empreendimento teórico e analítico, como a definição da teoria do discurso como “teoria da determinação histórica dos processos semânticos” (Pêcheux; Fuchs, 1997[1975], p. 164), os autores apontam algumas insuficiências, como a falta parcial de uma “teoria não-subjetiva da constituição do sujeito em sua situação concreta de enunciador” (p. 171). Essa é uma preocupação que seguirá dando trabalho a Pêcheux, insatisfeito com as primeiras considerações em torno de uma descrição dos sujeitos-efeitos em relações imaginárias de lugar, o que merece uma contundente e corajosa autocrítica no “Anexo 3” de *Semântica e Discurso* acerca dos poderes unificadores do Ego, e implicará em maiores considerações em torno da articulação entre o inconsciente e os processos ideológicos.

O trabalho com uma concepção psicanalítica da subjetividade demanda considerar aquela divisão que afeta o “eu” (*je*), anulada no imaginário por um “ego” (*moi*). A pertinência dessa divisão para uma abordagem materialista da língua e do discurso se marca no fato de que nenhuma fala é, propriamente, a fala de um indivíduo:

Todo enunciado, toda fala, é atravessada pelo já dito ou já escutado [...]. Tudo que se passa no registro do imaginário é assujeitado ao inconsciente. No indivíduo, Isso pensa fora dele. Ele é apenas o suporte de um sujeito, do qual uma parte lhe é invisível para sempre e que ele só pode conhecer por meio de uma experiência intersubjetiva, que é necessariamente uma experiência de discurso. Pois o sujeito não pode ser pensado no modelo da unidade de uma interioridade, como conexo. Ele está dividido como aquele que sonha, entre sua posição de autor do seu sonho, e de testemunha deste. (Henry, 1992[1977], p. 170)

1978, o texto “Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação”, o já citado Anexo 3, Pêcheux fala dos questionamentos dirigidos à teoria da interpelação ideológica de Althusser (e por tabela à sua teoria do discurso), como “que fazer se os homens não são mais do que ‘suportes’?”, admitindo a sua “fraqueza” em levar a sério aquelas provocações, que pendiam a um “eternitarismo político” e a uma interpretação funcionalista dos Aparelhos Ideológicos de Estado. Não teria sido suficiente ele ter buscado contribuir para outro entendimento, apresentando a luta ideológica de classes como um processo de reprodução-*transformação* das relações sociais de produção, afinal, o sujeito da prática política do proletariado teria sido apresentado em *Les vérités de la Palice* de um modo tendencialmente simétrico ao sujeito da prática política burguesa, numa interpelação às avessas (Pêcheux, 1997[1978], p. 298-299).

Os analistas do discurso lidamos com esse problema, esse “emperramento” teórico e analítico representado pelo “sujeito-assujeitado” de modos distintos e cruzados, alguns abandonam a perspectiva da desidentificação, outros trabalham a categoria de sujeito como efeito simultâneo e coincidente com a interpretação, uma posição numa formação discursiva, outros lidam com o sujeito histórico, agente de práticas, concebendo-o como sujeito clivado.

Não sendo essa uma questão secundária no trabalho da análise do discurso, é salutar o alerta feito por Pêcheux em sua autocrítica:

[...] não se deixa jamais um erro dormir impunemente em paz, pois esse será um meio seguro para que ele perdue; é preciso discernir o que falha não por pretender com isso se amparar definitivamente no verdadeiro (!), mas para tentar avançar tanto quanto se possa em direção à justiça. (Pêcheux, 1997[1978], p. 299)

Na intervenção autocrítica que faz em

Pêcheux indica as faltas e falhas de *Les vérités de la Palice* em relação ao materialismo histórico – a necessidade de considerar a luta de classes para além de um pedagogismo invertido e sob a dependência de uma teoria revolucionária exterior a ela – e à psicanálise – a necessidade de considerar os deslizes, os lapsos, o primado da metáfora sobre o sentido, no lugar da ideia platônica de esquecimento e da confusão entre sujeito e ego. A revolta é contemporânea à extorsão do sobre-trabalho porque a luta de classes é o motor dessa história e, em outro plano, a revolta é contemporânea da linguagem porque a sua própria possibilidade se sustenta na existência de uma divisão do sujeito, inscrita no simbólico (Pêcheux, 1997[1978], p. 302). Essas considerações não devem conduzir a um amolecimento teórico na esteira de uma desconsideração qualquer do papel da dominação ideológica sobre os processos discursivos, mas, pelo contrário, nos conduz à necessidade de uma maior atenção aos processos materiais de resistência (na identificação), revolta (na contraidentificação) e revolução (na desidentificação).

Uma consideração em particular nesse texto é interessante para aqueles analistas que, como eu, trabalham também nas trincheiras dos estudos históricos:

Há, talvez, no estudo histórico das práticas repressivas ideológicas um fio interessante a seguir, para que se comece, enfim, a compreender o processo histórico de resistência-revolta-revolução da luta ideológica e política de classes, evitando fazer da ideologia dominada, seja a repetição eternitária da ideologia dominante, seja a autopedagogia de uma experiência que descobre progressivamente o verdadeiro atrás-das-cortinas das ilusões mantidas pela classe dominante, seja a irrupção teoricista de um saber exterior, o único capaz de romper com o círculo encantado da ideologia dominante. (Pêcheux, 1997[1978], p. 302-303)

Desde a pesquisa do doutorado (Fonseca, 2012) busco uma compreensão materialista do trabalho de *deslocamento tendencial do*

sujeito enunciador (Pêcheux, 1981) no espaço das filiações discursivas. Considero que esse trabalho de deslocamento é mais complexo que “a capacidade do ator [histórico] de agenciar configurações significativas de palavras e de enunciados em torno de enredos” (Guilhaumou, 2008, p. 175), dado que os enredos e suas capacidades enunciativas (pensando sujeitos e temas conjuntamente) necessariamente lidam com objetos paradoxais sempre em disputa e desentendimento no campo do interdiscurso. O deslocamento tendencial do sujeito enunciador, no modo como eu trabalho, se dá a partir das pressões da história sobre a práxis, e o modo como a práxis reage.

A práxis pode ser concebida como aquilo que se experimenta “como um impulso de realização ou de ação, um anseio de sentido mal discernido” (Sampaio; Frederico, 2006, p. 59), podendo ser pesquisada através de um conjunto de dizeres na história (no arquivo), e mapeada pela configuração de uma rede de dizeres formulados em uma formação social, desenhando um “sujeito em processo nos textos” (Guilhaumou; Maldidier, 1989, p. 66), e no trabalho de constituição de uma instância enunciativa, e não uma entidade psicossociológica ou um sujeito pleno.

Se for lícito falar de *práxis discursiva* como

fator histórico-concreto que faz dizer, anseio de sentido mal discernido que empurra um sujeito histórico para uma ação enunciativa, com seus comprometimentos e constrangimentos, podemos retomar uma série de indicações dispersas na teorização da discursividade que apontam, invariavelmente, para a consideração da enunciação desde uma perspectiva materialista histórica e discursiva. Esta é a região propícia para o desenvolvimento do conceito de práxis discursiva, considerando que este “mal discernido” não é aqui tomado como algo interior a um indivíduo, mas a relação do sujeito enunciador com o interdiscurso, com aquilo que se quer falar (enunciado, memória virtual) num dizer (formulação, prática concreta), podendo assim ser reduplicado, mas também podendo ser contraditado ou interditado, promovendo o dizer de/como/por um desvio, um silêncio, uma interdição, uma subtração, uma esquiva. É justamente nessa relação (contingente e necessária) de sujeitos históricos com o impossível de ser dito e o impossível de não ser dito, com o interdiscurso,

enfim, que são produzidas, atualizadas e transformadas em suas dinâmicas e estruturas as regiões de sentido que chamamos formações discursivas no interior das práticas e das formações ideológicas. (Fonseca, 2012)

Em *Les vérités de la Palice* a práxis discursiva revolucionária é chamada de *desidentificação*: modalidade de tomada de posição no discurso que envolve a evocação espontânea pelo proletariado daquilo que a burguesia sistematicamente esquece e a “ciência experimental da história” enquanto conhecimento-e-transformação não subjetivo, em um processo histórico de desidentificação com a burguesia, com o bloqueio de qualquer transferência possível em relação a esta (Pêcheux, 1997 [1975], p. 204-207). Vimos as críticas feitas por Pêcheux à imagem de uma espontaneidade fugaz (condescendente?) do proletariado e a uma ciência experimental da história (gerida à distância pelo Partido-Estado de Novo Tipo?). Mas as condições de existência concreta das ideologias dominadas sob o domínio da ideologia dominante (Pêcheux, 2019[1976], p. 324), nos apresentam uma série de situações paradoxais, muitas vezes beirando o absurdo, que pedem análise objetiva, que não estacione nos seus sujeitos ou até deixe de ser feita por causa deles!

Em julho de 2020, em meio a poucas, tímidas e irregulares ações de contenção do contágio do novo coronavírus, em um bairro burguês do Rio de Janeiro, um agente sanitário da prefeitura foi repreendido por um casal bastante irritado com a ação fiscalizatória que resultaria no fechamento de um bar que estava lotado de pessoas. O homem, segurando um celular em sinal de que estaria gravando, foi tirar satisfações com o agente municipal, perguntando se ele teria como comprovar que as pessoas não estavam respeitando o distanciamento social no bar - “Cadê a sua trena? Eu quero saber como você mediu [a distância entre] as pessoas?”. Então um enunciado dito pela mulher do casal,

após o agente municipal dirigir-se ao homem como “cidadão”, ecoou nacionalmente, sendo parodiado, virando meme e estimulando o debate público e a crítica da prática tradicional de “carteirada”, do tipo *quem é você para falar assim (comigo/com o meu marido)?* O enunciado foi “Cidadão, não, engenheiro civil formado, melhor do que você”.

Essa não é, porém, a única consideração a se fazer desse acontecimento, e o fato de a crítica ao casal ter se restringido ao enunciado verbal corrobora com essa limitação. Ao invés de apenas explorar a evidência da referenciação contrastiva de *cidadão* (frente a *engenheiro civil formado melhor que você*), presente na reflexividade da locutora, que toma cidadão como um qualquer, um comum, um ninguém, da abordagem usual (e usualmente truculenta) dos agentes públicos, como abstrair no processo semântico os corpos com suas cores, vestimentas e gestos? Afinal, o marido “defendido” por sua companheira é um homem negro, o que em nossa formação social racista ritualmente implica numa necessidade extra de distinção como forma de evitar o estigma da subalternidade.

Alguém poderá dizer, certamente, que isso é um absurdo e se está confundindo alhos com bugalhos. Um enunciado “tipicamente burguês”, de carteirada, contra um agente público que estava ali para agir em prol da saúde da população em meio a uma terrível pandemia mundial (não sendo a única carteirada do tipo que ficou famosa à época), e uma leitura “tipicamente proletária”, de uma reação destemperada, é verdade, mas atravessada pela experiência da abordagem estigmatizada/racista de agentes públicos a pessoas negras.

Entendo que a constituição do sujeito em sua situação concreta de enunciatador lida, constantemente, com esse tipo de contradição e esse tipo de jogo entre o evidente e o nonsense, o óbvio e o absurdo. Jacques Rancière (1994) chama a atenção para algo específico na

discursividade de teóricos conservadores diversos como Thomas Hobbes, Edmund Burke e Alexis de Tocqueville, o seu “real-empirismo”, uma mistura de cientificismo e trono. Tocqueville, que representa bem o anti-intelectualismo característico dos EUA, considerava os intelectuais “especialistas do não-lugar”, sujeitos capazes de estabelecer relação entre coisas que não têm relação. Mas estabelecer relação entre coisas que não têm relação tem tudo a ver com a concepção enunciativa que Jacques Rancière propõe para o sujeito político, a de um operador que coloca em relação o que não tem (tinha) relação, que junta e separa regiões, identidades, funções e capacidades inscritas na experiência, no nó “entre as divisões da ordem policial e o que nelas já se inscreveu como igualdade, por frágeis e fugazes que sejam essas inscrições” (Rancière, 1996, p. 52), produzindo então cenas polêmicas, na contradição de lógicas distintas.

Quanto a Hobbes, seu projeto teórico-político seria atravessado pela ideia de univocidade do sentido, cabendo ao Estado proteger através de uma profilaxia da linguagem contra aqueles que trabalham sem cessar para produzir “confusão” (Balibar, 1995, p. 29-30).

Esse trabalho com o sem-lugar, o sem-relação e o nonsense, essa confusão de textos e sentidos, é próprio dos processos de resistência-revolta-revolução que se instauram sob os rituais da ideologia dominante, por vezes jogando partes dela contra ela, até a ampliando/renovando (em especial pela resistência/resiliência, como em certas ocasiões em que se diz sim “apenas da boca para fora”), mas outras tantas vezes fazendo furos, abrindo caminhos e inscrevendo outros traços significantes no texto social, traços de uma outra ordem, latente/subordinada, como os traços de coletivismo, solidariedade e igualitarismo com os quais diuturnamente topamos sem significar, conteúdos que não viram frases, mas que podem servir de bases fundamentais para o fim da sociedade de classes

– a despeito de concretamente existirem de forma misturada a outros tantos traços como aqueles do individualismo radical, aqueles dos integristas nacionalistas, fundamentalistas, etc.

Fechando essas considerações com Michel Pêcheux, penso que explorar o óbvio e o absurdo é uma das vias promissoras para não perdermos de vista os processos revolucionários que – de modo intersticial, latente, subterrâneo, explosivo ou progressivo – concernem “por diversas vias ao contato entre o visível e o invisível, entre o existente e o alhures, o não realizado ou o impossível, entre o presente e as diferentes modalidades de ausência”. (Pêcheux, 1990[1982], p. 8). É assim, de um modo que nos é estranhamente familiar e geralmente mal discernido, contraditório e paradoxal, que as lutas pelo sentido parecem atravessar a história, por vezes fazendo com que velhas evidências tenham as suas pernas quebradas, por outras revendo e revisitando absurdos, extraíndo deles outras possibilidades de leitura do mundo.

Referências bibliográficas

AGLE, Jorge. Entenda por que o Brasil é tão importante para a migração das baleias. Metrôpoles, Distrito Federal, 31 maio 2025. Disponível em: <https://www.metrosoles.com/ciencia/brasil-importante-migracao-baleias>. Acesso em: 13 nov. 2025.

ALBUQUERQUE, Mauricélia Teixeira de. Negros em Garopaba-SC: experiência quilombola nas comunidades da Aldeia e do Morro do Fortunato. Orientador: Paulino de Jesus Francisco Cardoso. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2014..

ALMEIDA, Tiago Lessa José de; LIMA, Maria Paula Marques de. Da “gripezinha” ao genocídio: deslizamentos e inversões

- de sentidos na pandemia de Covid-19. *Heterotópica*, Uberlândia, v. 4, n. 2, jul.-dez. 2022, p. 33-54. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/RevistaHeterotopica/article/view/63285/35517>. Acesso em: 13 nov. 2025.
- ALTHUSSER, Louis. Sobre a reprodução. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. 2a edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008[1970].
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Palavras incertas: as não-coincidências do dizer. Tradução de Claudia Pfeiffer et al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998.
- BALIBAR, Étienne. Nombres y lugares de la verdad. Tradução de Paula Mahler. Buenos Aires: Nueva Visión, 1995.
- FONSECA, Rodrigo Oliveira. Interdição discursiva: o caso da Conjuração Baiana de 1798 e outros limites à participação popular na história política brasileira. Tese de Doutorado, orientada por Freda Indursky, Porto Alegre/RS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2012. Link <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/56038>
- GADET, Françoise. La sociolinguistique n'existe pas: je l'ai rencontrée. *Dialectiques*, Paris, n. 20, 1977, p. 99-118. Disponível em: <https://hal.science/hal-03751874/document>. Acesso em: 13 nov. 2025.
- GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. Volume 1 (Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce). Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999[1932-35].
- GUILHAUMOU, Jacques. Aspectos da história lingüística dos conceitos: da Análise de Discurso ao problema da intencionalidade. In: SARGENTINI; GREGOLIN (Orgs.). *Análise do discurso: heranças, métodos e objetos*. São Carlos, SP: Claraluz, 2008, p. 167-177.
- GUILHAUMOU, Jacques; MALDIDIER, Denise. Da enunciação ao acontecimento discursivo em análise do discurso. Tradução de Freda Indursky. In: GUIMARÃES, Eduardo (Org.). *História e sentido na linguagem*. Campinas, SP: Pontes, 1989, p. 61-70.
- HAROCHE, Claudine. Fazer dizer, querer dizer. Tradução de Eni Orlandi. São Paulo: Hucitec, 1992[1984].
- HAROCHE, Claudine; PÊCHEUX, Michel; HENRY, Paul. A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso. Tradução de Roberto Baronas. In: BARONAS, R. L (Org.). *Análise do Discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. São Carlos, SP: Pedro & João Editores, 2007[1971].
- HENRY, Paul. A ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso. Tradução de Maria Fausta Pereira de Castro. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992[1977].
- HISTORICIDADE [por] Rodrigo Oliveira Fonseca. [S.l.: s.n], 2020. Vídeo (6:22 min). Publicado pelo canal enciDIS UFF (Enciclopédia Virtual da Análise do Discurso e áreas afins, da Universidade Federal Fluminense). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fzKapXzLHbs>. Acesso em: 13 nov. 2025.
- MALDIDIER, Denise. A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje. Tradução de Eni Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 2003[1991].
- MARX, Karl. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. Lisboa: Editora Vento de Leste, 1975[1852].
- MARX, Karl. Contribuição à crítica da economia política. Tradução de Florestan Fernandes. 2a edição. São Paulo: Expressão Popular, 2008[1859].

PÊCHEUX, Michel. Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. 3ª edição. Tradução de Eni Orlandi et al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997[1975].

PÊCHEUX, Michel. Las verdades evidentes: lingüística, semántica, filosofía. Tradução de Mara Glozman et al. Buenos Aires: Ediciones del Centro Cultural de la Cooperación Floreal Gorini, 2016[1975].

PÊCHEUX, Michel. Linguística e marxismo: formações ideológicas, aparelhos ideológicos de Estado, formações discursivas. Tradução de Rodrigo Oliveira Fonseca. In: ADORNO, Guilherme et al. (Orgs.). Encontros na Análise de Discurso: efeitos de sentido entre continentes. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2019[1976], p. 307-326.

PÊCHEUX, Michel. Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação. In: PÊCHEUX, Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1997[1978], p. 293-304.

PÊCHEUX, Michel. Ouverture du Colloque e L'enoncé: enchassement, articulation et déliaison. In: Colloque Matérialités Discursives. Lille: Presses Universitaire de Lille. 1981.

PÊCHEUX, Michel. Ideologia – aprisionamento ou campo paradoxal? Tradução de Carmen Zink. In: PÊCHEUX, M. Análise de Discurso – Michel Pêcheux. Textos selecionados por Eni Orlandi. 2ª edição. Campinas, SP: Pontes, 2011[1982], p. 107-119.

PÊCHEUX, Michel. Delimitações, inversões, deslocamentos. Tradução de José Horta Nunes. Cadernos de Estudos Lingüísticos, Campinas, n. 19, jul.-dez. 1990[1982], p. 7-24.

PÊCHEUX, Michel. O discurso: estrutura ou acontecimento. Tradução de Eni Orlandi. 2ª edição. Campinas, SP: Pontes, 1997[1983].

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. Tradução de Péricles Cunha. In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3ª edição. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997[1975], p. 163-252.

PÊCHEUX, Michel; GADET, Françoise. A língua inatingível. Tradução de Bethania Mariani e Mª Elizabeth C. de Mello. Campinas, SP: Pontes, 2004[1981].

RANCIÈRE, Jacques. Os Nomes da História: ensaio de poética do saber. Tradução de Eduardo Guimarães e Eni Orlandi. São Paulo: EDUC/Pontes, 1994.

RANCIÈRE, Jacques. O desentendimento: política e filosofia. Tradução de Ângela Leite Lopes. São Paulo: Editora 34, 1996.

SAMPAIO, Benedito Arthur; FREDERICO, Celso. Dialética e materialismo: Marx entre Hegel e Feuerbach. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

Submissão: novembro de 2025

Aceite: dezembro de 2025.